

DOCUMENTO ORIENTADOR

XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ/ES

Tema Central: Crescimento Populacional e Desafios Locais: Fazer Mais com o que Temos pelo SUS que Queremos

Eixo Norteador: *Soluções sustentáveis e inovadoras para garantir saúde com qualidade e equidade.*

Introdução

Sejam bem-vindos à XII Conferência Municipal de Saúde de Aracruz/ES. É com grande satisfação que nos reunimos neste espaço democrático de diálogo, escuta e construção coletiva, onde a voz de cada cidadão, profissional de saúde, gestor e representante da sociedade civil é essencial para o fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde.

Neste ano, somos desafiados a refletir e propor caminhos sob o tema "Crescimento Populacional e Desafios Locais: Fazer Mais com o que Temos pelo SUS que Queremos". Esse tema nos convoca a olhar com atenção para a realidade do nosso município, que passa por um acelerado processo de transformação demográfica e territorial, impactando diretamente a oferta, a qualidade e o acesso aos serviços de saúde.

A expansão populacional em Aracruz impõe novos desafios à gestão pública: é preciso otimizar recursos, qualificar a atenção básica, garantir a equidade e pensar estratégias inovadoras para atender a uma demanda crescente sem perder de vista os princípios fundamentais do SUS — a universalidade, a integralidade e a equidade.

Mais do que identificar problemas, esta Conferência é uma oportunidade para apontarmos soluções, prioridades e diretrizes para que o SUS em Aracruz continue sendo um instrumento de justiça social, inclusão e cuidado.

Vamos juntos, debater, propor e construir o SUS que queremos — mais forte, mais humano e mais eficiente, mesmo diante dos desafios. Acreditamos que, com compromisso, participação e criatividade, é possível fazer mais com o que temos e garantir saúde com dignidade para todos.

Eixo Norteador: Soluções sustentáveis e inovadoras para garantir saúde com qualidade e equidade.

A realização da XII Conferência Municipal de Saúde de Aracruz/ES acontece em um momento crucial para a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto local. Em meio aos avanços e desafios enfrentados diariamente pela rede de atenção à saúde, surge a necessidade urgente de repensar estratégias, otimizar recursos e buscar caminhos sustentáveis e inovadores para garantir que a saúde continue sendo um direito de todos e um dever do Estado.

Com o tema "Soluções sustentáveis e inovadoras para garantir saúde com qualidade e equidade", esta conferência propõe um olhar sensível e estratégico para os diferentes aspectos que envolvem a gestão da saúde pública em Aracruz. A escolha do tema reflete uma preocupação real com a sustentabilidade dos serviços, a busca por tecnologias, práticas eficientes e o enfrentamento das desigualdades que ainda persistem no acesso e na qualidade do cuidado oferecido à população.

O município de Aracruz, com suas especificidades territoriais, socioeconômicas e culturais, enfrenta um cenário de constante transformação. O crescimento populacional, a diversidade de comunidades, incluindo populações indígenas e ribeirinhas e a expansão urbana exigem soluções que respeitem essas realidades e promovam uma saúde verdadeiramente inclusiva.

Diante disso, esta conferência é um espaço democrático e participativo, onde todos usuários, trabalhadores, gestores e representantes da sociedade civil, são convidados a contribuir com propostas concretas que orientem as políticas públicas de saúde nos próximos anos. É o momento de unir conhecimento técnico, experiência prática e participação popular para construir soluções que sejam viáveis, sustentáveis no longo prazo e capazes de promover justiça social.

Ao priorizar a qualidade e a equidade, o debate se alinha com os princípios fundadores do SUS e reafirma o compromisso de Aracruz com um modelo de saúde centrado nas pessoas, eficiente na gestão dos recursos e atento às necessidades reais da população.

Eixo I: Organização e Eficiência dos Serviços de Saúde no Contexto do Crescimento Populacional

1. Apresentação

A intensificação do crescimento demográfico, a urbanização acelerada e as transições epidemiológica e social impõem desafios urgentes à capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste cenário, é essencial discutir soluções que envolvam a ampliação da cobertura com os serviços já existentes, a reorganização das redes de atenção, a adoção de uma gestão territorial eficiente e a integração entre os níveis de atenção, considerando as especificidades locais e regionais.

2. Contextualização

O crescimento populacional acelerado e os desafios urbanos impostos pela expansão das cidades têm trazido novas demandas e complexidades para os serviços públicos de saúde no município de Aracruz. A rápida transformação demográfica, com o aumento da população e a diversidade das necessidades de saúde, exige uma reorganização e aprimoramento contínuo da estrutura de atendimento à saúde.

Nesse contexto, a organização e a eficiência dos serviços de saúde se tornam elementos-chave para garantir que o Sistema Único de Saúde (SUS) continue cumprindo seu papel de garantir o acesso universal e integral à saúde para toda a população. A gestão eficiente dos recursos, a qualificação da força de trabalho e a adoção de soluções tecnológicas inovadoras são fundamentais para que os serviços de saúde possam acompanhar as mudanças demográficas e as novas exigências sociais e epidemiológicas.

No município de Aracruz, como em muitos outros, o crescimento populacional tem ampliado a pressão sobre as unidades de saúde, resultando em filas de espera, sobrecarga das equipes e dificuldade de acesso a serviços especializados. Além disso, a expansão das áreas urbanas e o crescimento de novas comunidades e bairros também exigem a adequação das estratégias de saúde pública e a ampliação da cobertura de serviços em locais mais distantes ou periféricos.

A organização dos serviços de saúde deve levar em consideração a diversidade do território e a pluralidade das necessidades de saúde de diferentes grupos sociais, com uma atenção especial àqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade. Já a eficiência envolve a implementação de práticas de gestão que permitam otimizar os recursos disponíveis, reduzir desperdícios e oferecer um atendimento de qualidade dentro das limitações do SUS.

Neste eixo, busca-se discutir e propor soluções inovadoras e sustentáveis para a gestão da saúde, levando em conta o crescimento populacional, a distribuição geográfica, o financiamento adequado e a capacitação constante dos profissionais de saúde. A proposta é que Aracruz avance em direção a um sistema de saúde mais organizado, eficiente e sensível às necessidades da população, adaptando-se às transformações demográficas e garantindo que todos os cidadãos, independentemente da sua localização ou condição social, tenham acesso a um atendimento digno e de qualidade.

A eficiência na organização dos serviços também está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da atenção primária à saúde, que, ao oferecer um atendimento mais próximo da população, pode resolver a maioria das demandas de forma resolutiva, evitando sobrecarga nos níveis de maior complexidade.

Em suma, o eixo busca refletir sobre como a organização dos serviços de saúde pode se tornar mais eficiente e adaptável ao crescimento populacional, promovendo um cuidado mais ágil, acessível e resolutivo para a população de Aracruz.

3. Objetivos do Eixo

- Debater formas de reorganizar e tornar mais eficiente a rede de atenção à saúde;
- Avaliar como ampliar a cobertura dos serviços sem depender exclusivamente da expansão física;
- Identificar estratégias de gestão territorial que garantam equidade, eficiência e acesso integral;
- Propor medidas para uma integração real e funcional entre os níveis de atenção e as linhas de cuidado.

4. Principais Desafios

4.1. Ampliação da Cobertura com os Serviços Existentes

- Otimização do uso de recursos humanos, físicos e tecnológicos;
- Redução de desperdícios, filas e retrabalho;
- Ampliação dos turnos de funcionamento e da resolutividade da Atenção Primária à Saúde (APS).

4.2. Reorganização da Rede de Atenção à Saúde

- Alinhamento entre oferta e demanda local;
- Evitar sobreposição de serviços e vazios assistenciais;
- Fortalecimento da governança local e regional da saúde.

4.3. Gestão por Território e Regionalização Eficiente

- Planejamento ascendente, com base nas necessidades reais do território;
- Pactuação entre municípios e estados para otimizar recursos e atender melhor a população;
- Valorização das Regiões de Saúde como espaços estratégicos de gestão integrada.

4.4. Integração entre os Níveis de Atenção e Linhas de Cuidado

- Fortalecimento da coordenação do cuidado pela APS;
- Garantia de fluxos assistenciais contínuos e integrados;
- Implantação de protocolos e diretrizes clínicas compartilhadas.

5. Questões Norteadoras

- Quais estratégias podem ampliar a cobertura dos serviços com os recursos atualmente disponíveis?
- Como reorganizar a rede de atenção para melhorar o acesso e a eficiência sem onerar o sistema?
- De que forma a gestão territorial pode tornar a regionalização mais eficaz e justa?
- Quais mecanismos garantem a integração real entre os diferentes níveis de atenção?
- Que experiências exitosas (locais ou regionais) podem servir de referência para enfrentar esses desafios?

6. Diretrizes para Formulação de Propostas

As propostas devem:

- Ser objetivas, exequíveis e compatíveis com a realidade local;
- Estar alinhadas aos princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade e participação social;
- Propor soluções que valorizem a eficiência e a gestão com base em evidências;
- Buscar o fortalecimento da Atenção Primária como eixo coordenador da rede;
- Contribuir para uma regionalização solidária e funcional, que respeite as pactuações intermunicipais.

7. Considerações

O crescimento populacional contínuo no município de Aracruz coloca novos desafios à gestão dos serviços de saúde, exigindo que os modelos de organização e as práticas de gestão sejam repensados, inovados e adaptados. A expansão da população, junto às transformações no perfil epidemiológico e social, demanda uma abordagem eficiente, integrada e que considere as especificidades territoriais e sociais de cada região do município.

A organização eficiente dos serviços de saúde é essencial para otimizar os recursos públicos, reduzir os gargalos no atendimento e proporcionar uma resposta rápida e de qualidade às necessidades da população. No entanto, a eficiência não deve ser medida apenas pela capacidade de atendimento, mas pela qualidade do serviço prestado, pela humanização do cuidado e pela melhoria contínua dos processos dentro do SUS.

Para enfrentar os desafios impostos pelo crescimento populacional, é necessário apostar na qualificação e capacitação contínua das equipes de saúde, no planejamento estratégico das políticas de saúde e na descentralização das ações, garantindo que as unidades de saúde estejam adequadas para atender a demanda, principalmente nas áreas mais periféricas e nas regiões de maior vulnerabilidade.

A atenção primária à saúde deve ser fortalecida como a porta de entrada do sistema, promovendo cuidados preventivos e resolutivos, além de funcionar como coordenadora do fluxo dos pacientes para os níveis de maior complexidade. Isso não só melhora a eficiência do atendimento, mas também reduz custos com internações e tratamentos de doenças que poderiam ser prevenidas.

Neste sentido, a gestão participativa, com a inclusão de todos os setores da sociedade e a população nos processos decisórios, é uma medida fundamental para garantir que a organização dos serviços de saúde esteja alinhada às reais necessidades e demandas da comunidade. A transparência, o controle social e a colaboração interinstitucional devem ser pilares dessa gestão.

Por fim, a melhoria da eficiência dos serviços de saúde no contexto do crescimento populacional não é uma tarefa isolada. Ela requer esforços contínuos de todos os envolvidos: gestores, profissionais de saúde e a própria comunidade. É imprescindível que Aracruz esteja preparada para enfrentar esse desafio, garantindo que o acesso à saúde seja de qualidade, equânime e resolutivo, independentemente do crescimento da população e das mudanças que ele possa trazer.

A organização eficiente dos serviços de saúde é um passo crucial para consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS) como um modelo de saúde pública acessível, resolutivo e de qualidade para todos os cidadãos de Aracruz. Esse processo deve ser contínuo, inovador e adaptado à realidade local, promovendo a saúde integral e o bem-estar de todos, sem exceção.

EIXO II – Inovação, Tecnologia e Inteligência em Saúde para Otimização de Recursos

1. Apresentação

A proposta é refletir sobre o uso estratégico de ferramentas digitais, dados e soluções inovadoras para enfrentar os desafios do SUS, garantindo mais eficiência, acesso e qualidade do cuidado, mesmo em cenários de recursos limitados.

A tecnologia deve ser aliada da gestão e do cuidado, promovendo equidade, integração e respostas mais rápidas às necessidades da população.

2. Contextualização

O cenário atual da saúde pública no Brasil e, especificamente, em Aracruz, exige um olhar atento à inovação tecnológica e ao uso inteligente de recursos para garantir a eficiência e a qualidade do atendimento à população. O crescente aumento da demanda por serviços de saúde, aliado a um contexto de limitação de recursos financeiros, torna essencial a implementação de tecnologias inovadoras e soluções inteligentes que otimizem os processos, melhorem a gestão e ampliem o acesso à saúde.

A inovação em saúde não se limita apenas à introdução de novas tecnologias, mas também envolve mudanças no modelo de gestão e nos processos de atendimento, sempre com o objetivo de oferecer mais qualidade e agilidade nos serviços. A implementação de sistemas de informação, telemedicina, inteligência artificial para diagnósticos, e automação de processos administrativos são algumas das estratégias que podem contribuir para uma gestão mais eficaz e econômica.

Além disso, a integração tecnológica dos sistemas de saúde, permitindo o compartilhamento de dados entre diferentes unidades de saúde e equipes multidisciplinares, facilita o acompanhamento contínuo dos pacientes, reduzindo custos com exames repetidos, minimizando erros médicos e aprimorando o cuidado. Essas tecnologias têm o poder de promover uma saúde mais centrada no paciente, individualizada e com um diagnóstico mais preciso.

No município de Aracruz, onde há uma crescente demanda por serviços de saúde, a aplicação de soluções tecnológicas pode não só otimizar recursos financeiros e humanos, mas também melhorar a eficácia dos tratamentos e a satisfação do usuário. Ferramentas como prontuário eletrônico, agendas online, consultas virtuais e plataformas de tele consulta são apenas alguns exemplos de como a tecnologia pode ser utilizada para desburocratizar o acesso e oferecer mais agilidade no atendimento.

A inteligência em saúde envolve a coleta, análise e interpretação de dados sobre a saúde da população, o que permite a prevenção proativa, o planejamento estratégico e a criação de políticas públicas mais eficazes. A utilização de big data e de sistemas de monitoramento remoto pode fornecer informações detalhadas sobre os padrões de saúde e ajudar a identificar problemas emergentes, facilitando a resposta rápida e ajustada à realidade local.

Com a crescente digitalização dos serviços de saúde, a inovação tecnológica oferece oportunidades para melhorar a gestão dos serviços de saúde, otimizar o uso de recursos públicos e garantir qualidade no atendimento. A capacitação dos profissionais de saúde para o uso dessas tecnologias é um aspecto essencial para a integração efetiva dessas ferramentas no cotidiano das unidades de saúde, além de garantir a segurança e a privacidade dos dados dos usuários.

Neste eixo, buscamos discutir como a inovação, a tecnologia e a inteligência podem ser aliadas na construção de um modelo de saúde mais eficiente, sustentável e acessível para a população de Aracruz, promovendo a otimização de recursos sem comprometer a qualidade e a universalidade do atendimento.

3. Objetivos do Eixo

- Estimular o debate sobre o uso de tecnologias e dados na saúde pública;
- Identificar estratégias para digitalizar e integrar os serviços de saúde;
- Valorizar soluções criativas e comunitárias que fortaleçam o SUS;
- Propor formas de ampliar a capacidade de resposta da rede com uso racional de recursos.

4. Principais Desafios

4.1. Aperfeiçoamento do Prontuário Eletrônico e Informatização dos Serviços

- Garantir infraestrutura (energia, conectividade, equipamentos) nas unidades;
- Capacitar as equipes para o uso eficiente da tecnologia no dia a dia do atendimento.

4.2. Telessaúde e Atendimento Remoto em Áreas de Dificil Acesso

- Ampliar o uso da telemedicina, tele diagnóstico, tele consultoria e tele educação;
- Reduzir desigualdades no acesso especializado;
- Garantir suporte técnico e regulação para os atendimentos remotos.

4.3. Uso de Dados para Planejamento e Monitoramento da Saúde

- Criar cultura de gestão orientada por dados;
- Qualificar o uso de indicadores para tomada de decisão;
- Promover transparência, interoperabilidade e integração entre sistemas.

4.4. Incentivo à Inovação Local e Soluções Comunitárias de Baixo Custo

- Valorizar práticas criativas e eficazes desenvolvidas nos territórios;
- Estimular parcerias com universidades, startups e coletivos locais;
- Criar editais, prêmios e programas que fomentem soluções inovadoras acessíveis.

5. Questões Norteadoras para o Debate

1. Como ampliar a informatização e o uso do prontuário eletrônico em todas as unidades de saúde?
2. Quais ações podem expandir o atendimento por tele saúde, especialmente em áreas remotas?
3. De que forma o uso de dados pode contribuir para decisões mais eficazes no planejamento da saúde?
4. Como incentivar e valorizar soluções locais, criativas e de baixo custo que melhorem o cuidado?
5. Que parcerias podem ser estabelecidas para fortalecer a inovação no SUS com foco na equidade?

6. Diretrizes para a Formulação de Propostas

As propostas devem:

- Ser viáveis, sustentáveis e condizentes com a realidade do território;
- Estar alinhadas com os princípios do SUS: universalidade, equidade, integralidade e participação social;
- Propor a ampliação e qualificação do uso de tecnologias digitais e dados para tomada de decisão;
- Incentivar a inovação a partir das necessidades e potencialidades locais;
- Priorizar a inclusão digital das equipes e dos usuários, respeitando os direitos digitais e o sigilo das informações em saúde.

7. Considerações Finais

A inovação e o uso estratégico da tecnologia são indispensáveis para garantir a eficiência, a sustentabilidade e a qualidade dos serviços de saúde no contexto atual de limitação de recursos e

crescente demanda. A implementação de soluções tecnológicas inovadoras, como prontuários eletrônicos, telemedicina, inteligência artificial para diagnóstico, e sistemas de gestão integrados, não só pode otimizar o uso dos recursos financeiros e humanos, mas também pode transformar a forma como os serviços de saúde são organizados e oferecidos à população.

A otimização de recursos na saúde não significa apenas redução de custos, mas também uma melhor alocação dos recursos existentes, tornando o sistema mais eficiente, acessível e capaz de oferecer cuidados de qualidade. Nesse sentido, a tecnologia tem um papel fundamental, não apenas na melhoria da gestão e do atendimento, mas também na personalização do cuidado, com base nas necessidades específicas de cada paciente.

Para que essas inovações sejam eficazes, é essencial que a capacitação dos profissionais de saúde seja uma prioridade, garantindo que os mesmos estejam preparados para utilizar as novas ferramentas de forma segura e eficaz. Além disso, a integração entre os sistemas de saúde é crucial para permitir o compartilhamento de dados, a prevenção proativa de doenças e a continuidade do cuidado, desde a atenção básica até a alta complexidade.

A aplicação de inteligência em saúde, através da análise de dados e do uso de Big data e monitoramento remoto, oferece uma oportunidade única para a gestão preditiva, permitindo que os gestores e profissionais de saúde identifiquem padrões, antecipem necessidades e implementem políticas públicas mais acertadas e eficientes. Isso também pode resultar na redução de desigualdades no acesso aos cuidados, pois as soluções tecnológicas podem ser direcionadas a áreas mais distantes ou vulneráveis.

Portanto, a inovação em saúde não é apenas uma tendência, mas uma necessidade imperiosa para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar que ele continue sendo capaz de oferecer atendimento integral e universal, mesmo diante das limitações econômicas e do aumento da demanda. Ao integrar as novas tecnologias de forma estratégica, podemos transformar a saúde pública de Aracruz em um modelo de eficiência, sustentabilidade e qualidade, com foco na promoção do bem-estar de toda a população.

Em suma, o uso inteligente da tecnologia e da inovação é a chave para transformar os serviços de saúde em Aracruz, otimizando os recursos disponíveis, melhorando o atendimento e garantindo um cuidado mais ágil, acessível e resolutivo para todos.

EIXO III – Participação Social, Equidade e Justiça no Acesso à Saúde

1. Apresentação

Diante do crescimento populacional, da urbanização acelerada e do agravamento das desigualdades sociais, torna-se essencial garantir que todas as pessoas, especialmente as populações vulnerabilizadas, tenham acesso digno e justo aos serviços de saúde.

A participação social deve ser fortalecida como eixo estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o direito de cada cidadão ser ouvido, representar sua comunidade e construir coletivamente as políticas públicas que impactam sua vida.

2. Contextualização

A saúde é um direito fundamental de todo cidadão e um dever do Estado, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. No entanto, para que esse direito seja plenamente garantido, é essencial que o sistema de saúde esteja estruturado com base nos princípios da participação social, equidade e justiça no acesso. Esses pilares são indispensáveis para que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja de fato universal, integral e igualitário, como previsto em sua legislação.

A participação social é um dos fundamentos democráticos do SUS. Por meio dos conselhos de saúde, conferências e outras formas de controle social, a população tem o direito e a responsabilidade de

participar ativamente da formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de saúde. Essa participação garante que as decisões sejam mais representativas, sensíveis às realidades locais e orientadas pelas necessidades reais da população. Fortalecer esses espaços, especialmente em nível municipal, é essencial para garantir uma gestão mais transparente, participativa e eficiente.

A equidade, por sua vez, diz respeito ao reconhecimento de que diferentes grupos sociais enfrentam diferentes condições de vida, acesso e necessidades em saúde. Por isso, o SUS deve oferecer respostas diferenciadas, priorizando os mais vulneráveis e combatendo desigualdades históricas relacionadas à raça, gênero, território, deficiência, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras. Promover a equidade não significa tratar todos da mesma forma, mas sim oferecer a cada um o cuidado necessário para garantir igualdade de condições e oportunidades.

Já a justiça no acesso à saúde implica a eliminação de barreiras geográficas, econômicas, sociais e culturais que dificultam ou impedem que uma parcela da população chegue aos serviços de saúde de forma oportuna e com qualidade. Isso inclui garantir transporte adequado, acolhimento respeitoso, acessibilidade para pessoas com deficiência, respeito às diversidades e investimentos em regiões com menor oferta de serviços.

No município de Aracruz, é fundamental que as políticas públicas de saúde estejam comprometidas com a escuta ativa da população, especialmente das comunidades em situação de vulnerabilidade, e com a superação das desigualdades que ainda persistem no acesso aos cuidados em saúde. O fortalecimento da atenção primária, da gestão participativa e de políticas intersetoriais são estratégias fundamentais para a construção de um sistema de saúde justo, equânime e democrático.

Assim, este eixo propõe o debate sobre como aprofundar a participação social, garantir equidade nas ações e serviços de saúde e promover justiça no acesso, como elementos estruturantes de um SUS mais forte e conectado com as necessidades reais da população de Aracruz.

3. Objetivos do Eixo

- Promover o debate sobre a participação social como instrumento de justiça e democratização do SUS;
- Discutir estratégias para garantir acesso equitativo e integral aos serviços de saúde;
- Fortalecer as instâncias de controle social, ampliando sua representatividade e eficácia;
- Valorizar as comunidades como protagonistas na construção de soluções para a saúde coletiva.

4. Principais Desafios

4.1. Fortalecimento dos Conselhos de Saúde e Instâncias de Controle Social

- Garantia da autonomia, representatividade e funcionamento regular dos conselhos;
- Formação continuada para conselheiros e maior divulgação de seu papel à sociedade;
- Participação ativa nas decisões e no acompanhamento das políticas públicas.

4.2. Acesso Equitativo aos Serviços para Populações Vulneráveis

- Políticas específicas para populações com maior risco social e sanitário;
- Acesso físico, cultural e linguístico aos serviços de saúde;
- Redução das desigualdades estruturais no território.

4.3. Ampliação da Escuta Comunitária e Territorialização do Cuidado

- Valorização das práticas de escuta ativa nos serviços de saúde;
- Planejamento das ações com base nas realidades locais;

- Fortalecimento da Atenção Primária como principal elo com o território.

4.4. Promoção dos Direitos Sociais e da Saúde como Bem Comum

- Educação popular em saúde como instrumento de empoderamento comunitário;
- Defesa da saúde pública, gratuita e de qualidade;
- Combate às formas de mercantilização e exclusão do cuidado.

4.5. Inclusão das Comunidades na Construção de Estratégias de Prevenção e Promoção

- Respeito às culturas, saberes e práticas locais de cuidado;
- Co-criação de políticas com participação ativa dos usuários;
- Incentivo às ações intersetoriais com foco na saúde integral.

5. Questões Norteadoras

1. Como garantir que os conselhos de saúde funcionem de forma efetiva, representativa e participativa?
2. Quais são os principais entraves para o acesso equitativo à saúde em seu território?
3. Como ampliar a escuta da população e adaptar os serviços às realidades locais?
4. De que forma a comunidade pode participar da formulação de políticas de promoção da saúde?
5. Que medidas podem fortalecer a saúde como um direito de todos, especialmente em contextos de desigualdade?

6. Diretrizes para a Formulação de Propostas

As propostas devem:

- Estar alinhadas aos princípios do SUS: universalidade, equidade, integralidade e participação social;
- Ter viabilidade prática e adequação às realidades locais e regionais;
- Priorizar a inclusão de grupos vulnerabilizados nas políticas e nos serviços de saúde;
- Fortalecer mecanismos de escuta, controle social e corresponsabilidade no cuidado;
- Estimular práticas de educação popular, comunicação acessível e engajamento comunitário.

7. Considerações Finais

A consolidação de um Sistema Único de Saúde (SUS) público, universal e de qualidade depende diretamente do fortalecimento da participação social, da promoção da equidade e da garantia da justiça no acesso aos serviços de saúde. Esses três pilares não são apenas princípios constitucionais — são instrumentos essenciais para que a saúde seja construída com base na democracia, no diálogo e na superação das desigualdades históricas que ainda marcam a sociedade brasileira e o território municipal de Aracruz.

A participação social ativa deve ser valorizada não como um ato simbólico, mas como uma prática permanente de escuta e corresponsabilidade entre gestores, trabalhadores da saúde e a população. Fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde, ampliar os canais de diálogo com a sociedade civil e garantir que as decisões sejam tomadas com base na realidade dos territórios é condição para uma gestão pública mais eficiente, transparente e sensível às necessidades reais da população.

Ao mesmo tempo, a equidade em saúde exige o enfrentamento das desigualdades estruturais que afetam determinados grupos sociais — como populações negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, comunidades rurais e tradicionais. Reconhecer que diferentes grupos enfrentam diferentes barreiras de acesso é o primeiro passo para formular políticas específicas e eficazes. Promover a equidade é garantir que todos tenham o que precisam para viver com dignidade.

A justiça no acesso à saúde vai além da existência de unidades de atendimento. Ela se realiza quando todos e todas podem usufruir dos serviços de forma oportuna, humanizada, segura e sem discriminação. Isso implica em fortalecer a atenção primária, garantir acessibilidade física e comunicacional, investir em transporte sanitário, combater o racismo e outras formas de preconceito institucional, e assegurar que os recursos sejam distribuídos conforme as reais necessidades de cada território e população.

Portanto, este eixo reforça que participação, equidade e justiça não são metas isoladas, mas dimensões interdependentes e estruturantes de um SUS mais justo e cidadão. Para o município de Aracruz avançar na consolidação de uma saúde pública de qualidade, é fundamental colocar as pessoas no centro das decisões, priorizar os mais vulneráveis e construir políticas públicas com base na solidariedade, na escuta e no compromisso coletivo com a dignidade humana.

Em resumo, cuidar da saúde pública é também cuidar da democracia. Fortalecer a participação social, promover a equidade e garantir justiça no acesso à saúde são caminhos inegociáveis para construir um SUS mais forte, mais humano e mais justo para todas e todos em Aracruz.

EIXO IV – Fortalecimento da Promoção da Saúde e da Prevenção de Doenças como Estratégia Sustentável de Cuidado

1. Apresentação

Em um cenário de crescimento populacional acelerado, aumento das doenças crônicas e sobrecarga dos serviços de saúde, investir na prevenção e na promoção da saúde é não apenas necessário, mas urgente.

O cuidado integral não se limita ao tratamento das doenças. Ele começa na promoção de ambientes saudáveis, no fortalecimento da atenção primária, no estímulo a hábitos saudáveis e no enfrentamento dos determinantes sociais que adoecem a população. A prevenção e a promoção são pilares para a construção de um sistema de saúde mais justo, eficiente e sustentável.

2. Contextualização

O Sistema Único de Saúde (SUS), em sua concepção, vai além da assistência médica e hospitalar. Ele se fundamenta nos princípios da promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado integral da população. Em tempos de desafios crescentes, como o aumento das doenças crônicas, o envelhecimento populacional e as limitações orçamentárias, torna-se cada vez mais necessário investir em estratégias sustentáveis de cuidado que priorizem ações preventivas e promotoras da saúde.

A promoção da saúde consiste em desenvolver políticas e práticas que fortaleçam a autonomia das pessoas e comunidades para cuidar de sua saúde, adotando hábitos saudáveis, acessando informação qualificada e vivendo em ambientes que favoreçam o bem-estar. Já a prevenção de doenças envolve o conjunto de ações que buscam identificar, reduzir ou eliminar fatores de risco, com foco em evitar o surgimento ou agravamento de agravos à saúde.

No município de Aracruz, os desafios relacionados à saúde pública exigem abordagens que integrem educação em saúde, ações intersetoriais, fortalecimento da atenção primária, e o envolvimento ativo da comunidade. A construção de uma rede de cuidado sustentável, com foco na prevenção, reduz não apenas os custos do sistema, mas também o sofrimento humano causado por doenças evitáveis.

Além disso, a adoção de estratégias preventivas contribui para um modelo de saúde mais equitativo, pois atua diretamente sobre os determinantes sociais da saúde, como moradia, alimentação, educação, trabalho, meio ambiente e acesso à informação. Essas ações, quando bem articuladas, favorecem a redução das desigualdades e ampliam a justiça social.

Nesse eixo, propõe-se debater como o município pode ampliar e qualificar suas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, investindo em estratégias que sejam sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, e que estejam alinhadas aos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

3. Objetivos do Eixo

- Criar e implementar programas de promoção da saúde que envolvam a participação ativa da comunidade, com foco na redução dos determinantes sociais da saúde e na melhoria da qualidade de vida.
- Expandir as ações de prevenção de doenças, com ênfase na educação em saúde, rastreamento precoce de condições de risco e incentivo a hábitos saudáveis, reduzindo a incidência de doenças evitáveis.
- Articular as ações de promoção e prevenção com outras políticas públicas municipais (assistência social, educação, cultura), visando à construção de um ambiente saudável e ao fortalecimento da rede de cuidados na comunidade.
- Implementar modelos de cuidado integral, com equipes de saúde interdisciplinares, que atendam a população de forma contínua, considerando as especificidades de cada território e grupo social.
- Estimular a população a participar ativamente no processo de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde, garantindo que as ações estejam alinhadas às necessidades e realidades locais.

4. Principais Desafios

4.1. Valorização da Atenção Primária à Saúde (APS)

- Reforçar a APS como porta de entrada prioritária e espaço contínuo de cuidado, escuta, vínculo e promoção da saúde.
- Ampliar sua capacidade de resolução e integração com os demais níveis de atenção.

4.2. Ações Intersetoriais sobre os Determinantes Sociais da Saúde

- Integrar saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento e meio ambiente para ações conjuntas de prevenção.
- Planejamento territorial que considere as vulnerabilidades sociais e ambientais.

4.3. Promoção de Hábitos Saudáveis e Estímulo à Autonomia em Saúde

- Campanhas educativas, práticas comunitárias e atividades escolares voltadas a alimentação saudável, prática de atividades físicas, saúde mental e autocuidado.
- Incentivar a participação popular na criação de ações culturais e educativas em saúde.

4.4. Fortalecimento dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e das Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF)

- Reconhecer e valorizar a atuação dos ACS como ponte entre o serviço e a comunidade.
- Garantir formação contínua, condições adequadas de trabalho e maior inserção nas ações de promoção.

4.5. Programa Saúde na Escola (PSE) e Práticas Integrativas

- Expandir e monitorar o PSE como política estruturante de prevenção em idade escolar.
- Apoiar e incluir Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICs) na rotina dos serviços, como meditação, auriculoterapia, fitoterapia, entre outras.

4.6. Cidades e Comunidades Saudáveis

- Urbanização planejada com foco em territórios seguros, acessíveis e promotores de saúde.
- Implantação de equipamentos públicos que estimulem o convívio, o lazer, a cultura e o bem-estar.

5. Questões Norteadoras

1. Como fortalecer a promoção da saúde e a prevenção de doenças como eixo central do cuidado no SUS?
2. De que forma a Atenção Primária pode ser reorganizada para ser mais resolutiva e ativa na promoção da saúde?
3. Quais estratégias podem ampliar as ações intersetoriais nos territórios?
4. Como valorizar e ampliar a atuação dos ACS e das equipes da ESF na prevenção e na promoção da saúde?
5. Que ações de baixo custo podem ser implementadas para promover hábitos saudáveis nas comunidades e escolas?

6. Diretrizes para a Formulação de Propostas

As propostas devem:

- Estar alinhadas aos princípios do SUS (universalidade, equidade, integralidade e participação social);
- Ser viáveis, sustentáveis e contextualizadas à realidade local;
- Ter foco na prevenção, promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida;
- Estimular a articulação entre diferentes setores e políticas públicas;
- Valorizar o protagonismo comunitário e o cuidado em rede.

7. Considerações

O fortalecimento da promoção da saúde e da prevenção de doenças representa um dos caminhos mais sustentáveis e estratégicos para garantir a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo em um cenário de crescentes desafios epidemiológicos, sociais e orçamentários. Apostar em ações preventivas e promotoras de saúde é investir na melhoria da qualidade de vida da população, na redução das desigualdades sociais e no uso mais racional e eficiente dos recursos públicos.

No município de Aracruz, as políticas públicas de saúde precisam avançar para além do modelo centrado na doença e no atendimento curativo. É necessário adotar um modelo de cuidado que valorize a atenção primária à saúde como coordenadora do cuidado, integrando ações educativas, vigilância em saúde, promoção de hábitos saudáveis e práticas integrativas e complementares. A prevenção não deve ser encarada como um custo, mas como um investimento estratégico e de longo prazo.

A promoção da saúde envolve também um olhar intersetorial, que reconhece que a saúde não se produz apenas nos serviços, mas nas condições de vida das pessoas. Por isso, é essencial que haja articulação com as áreas da educação, assistência social, meio ambiente, saneamento, cultura, esporte e trabalho.

Essa abordagem ampliada e territorializada permite enfrentar os determinantes sociais da saúde de forma mais eficaz.

Além disso, a participação ativa da comunidade, o estímulo ao autocuidado, o fortalecimento das redes de apoio e o uso de tecnologias educacionais são fundamentais para que as ações de promoção e prevenção tenham impacto duradouro. A sustentabilidade do SUS passa pela mudança de cultura: do foco na doença para o foco na vida, na saúde e na cidadania.

Assim, este eixo reforça que o fortalecimento das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças deve ser prioridade estratégica da gestão municipal. Isso exige planejamento, financiamento adequado, capacitação permanente das equipes, escuta ativa da população e avaliação constante dos resultados.

Construir um sistema de saúde sustentável é investir em prevenção, em educação em saúde e no cuidado contínuo e humanizado. A Conferência Municipal de Saúde de Aracruz é uma oportunidade para reafirmar esse compromisso com uma saúde pública mais forte, preventiva, resolutiva e voltada para o bem viver.

EIXO V – Contrapartidas Sociais e Responsabilidade Compartilhada: o Papel das Empresas no Fortalecimento da Saúde Pública

1. Apresentação

Em um contexto de crescimento urbano e industrial acelerado, é fundamental reconhecer e fortalecer a contribuição das empresas e empreendimentos para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de saúde no município.

As contrapartidas sociais, previstas em mecanismos legais e pactuadas entre o poder público e o setor privado, configuram um importante instrumento para ampliar e qualificar a infraestrutura e os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que o crescimento econômico esteja acompanhado do compromisso social.

2. Contextualização

A saúde pública é um direito de todos e um dever do Estado, mas sua consolidação e fortalecimento demandam o engajamento de diversos atores da sociedade, entre eles as empresas privadas. Em um cenário de crescente complexidade dos desafios em saúde, a responsabilidade social corporativa e o cumprimento das contrapartidas sociais assumem papel fundamental para ampliar recursos, promover ações inovadoras e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

As contrapartidas sociais representam obrigações assumidas pelas empresas em troca de benefícios concedidos pelo poder público, como incentivos fiscais, licenças ambientais e contratos públicos. Esses compromissos devem ir além do cumprimento formal, traduzindo-se em investimentos efetivos em saúde, educação, saneamento e outras áreas que impactam diretamente o bem-estar social.

A participação das empresas no fortalecimento da saúde pública pode ser entendida como uma responsabilidade compartilhada, onde o setor privado contribui com recursos financeiros, tecnológicos e humanos para a implementação de políticas públicas, programas de prevenção, campanhas educativas, promoção de ambientes de trabalho saudáveis e ações de inclusão social.

No município de Aracruz, fortalecer essa relação entre poder público e iniciativa privada representa uma oportunidade estratégica para ampliar o alcance das políticas de saúde, qualificar o atendimento, investir em infraestrutura e ampliar a capacidade de resposta do sistema. Empresas conscientes do seu papel social podem atuar como agentes transformadores, promovendo ações que complementam os esforços do SUS e geram impactos positivos para toda a comunidade.

Além disso, a responsabilidade social corporativa em saúde contribui para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, reduzindo absenteísmo, aumentando a produtividade e promovendo a qualidade de vida no ambiente laboral.

Este eixo propõe discutir os mecanismos para garantir que as contrapartidas sociais sejam efetivamente aplicadas em saúde pública, assim como as formas de incentivar e ampliar a participação responsável das empresas no fortalecimento do SUS em Aracruz, promovendo uma gestão colaborativa, transparente e comprometida com a justiça social.

3. Objetivo do Eixo

Debater a importância das contrapartidas sociais das empresas e empreendimentos — sobretudo em áreas de expansão urbana e industrial — como instrumento de apoio à estruturação e ao fortalecimento dos serviços de saúde pública no município, promovendo um desenvolvimento responsável, sustentável e socialmente justo.

4. Principais desafios

4.1. Mecanismos Legais e Instrumentos de Pactuação de Contrapartidas Sociais

- Uso de condicionantes em licenciamentos ambientais, urbanísticos e para grandes empreendimentos;
- Instrumentos jurídicos e administrativos para formalizar compromissos de investimento social em saúde;
- Exemplos de boas práticas em outras cidades e regiões.

4.2. Responsabilidade Social Empresarial na Área da Saúde

- Apoio financeiro e técnico para melhorias em infraestrutura de saúde;
- Realização de campanhas de prevenção e promoção da saúde;
- Doações de equipamentos, medicamentos e recursos humanos;
- Parcerias técnicas e capacitação de profissionais.

4.3. Acordos de Cooperação e Termos de Compromisso

- Estabelecimento de parcerias formais entre empresas e o SUS local;
- Monitoramento e avaliação dos resultados das contrapartidas;
- Papel das secretarias municipais de saúde e meio ambiente na gestão desses acordos.

4.4. Planejamento Urbano e Impacto dos Grandes Empreendimentos

- Avaliação dos impactos sobre a rede pública de saúde provocados por novas indústrias, loteamentos, condomínios e complexos comerciais;
- Necessidade de planejamento integrado entre saúde, meio ambiente e urbanismo;
- Mitigação dos efeitos negativos do crescimento desordenado.

4.5. Transparência, Controle Social e Participação Comunitária

- Garantia de acesso público às informações sobre contrapartidas e uso dos recursos;
- Ampliação da participação dos conselhos de saúde e da comunidade no acompanhamento das ações;
- Mecanismos de denúncia e fiscalização social.

4.6. Fomento a Políticas Públicas de Crescimento Econômico com Investimento Social

- Propostas para garantir que o avanço econômico traga, de forma obrigatória, investimentos sociais em saúde;
- Incentivos para empresas que adotem boas práticas socioambientais;
- Valorização da saúde pública como um bem comum fundamental para o desenvolvimento sustentável.

5. Questões Norteadoras para o Debate

1. Quais os principais mecanismos legais e administrativos existentes no município para garantir contrapartidas sociais em saúde?
2. Como as empresas podem contribuir de forma efetiva para o fortalecimento da saúde pública local?
3. De que maneira os acordos e termos de compromisso podem ser formulados para assegurar transparência e efetividade?
4. Como minimizar os impactos dos grandes empreendimentos sobre a rede pública de saúde?
5. Quais instrumentos podem ampliar o controle social e a participação comunitária na gestão dessas contrapartidas?

6. Diretrizes para a Formulação de Propostas

As propostas devem:

- Assegurar a aplicação de princípios do SUS e da legislação ambiental e urbanística;
- Estimular parcerias eficazes entre setor público, privado e sociedade civil;
- Promover a transparência e o controle social como elementos essenciais;
- Priorizar a sustentabilidade e a equidade no desenvolvimento urbano e econômico;
- Valorizar o fortalecimento da rede pública de saúde como direito social fundamental.

6. Considerações

O fortalecimento da saúde pública em Aracruz requer o engajamento de todos os setores da sociedade, e as empresas privadas desempenham um papel fundamental nesse processo por meio das contrapartidas sociais e da responsabilidade compartilhada. A colaboração entre o poder público e o setor privado pode ampliar os recursos disponíveis, fomentar ações inovadoras e promover a qualidade de vida da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis.

As contrapartidas sociais devem ser encaradas não apenas como obrigações legais, mas como oportunidades estratégicas para gerar impactos positivos e duradouros na saúde coletiva. É essencial que essas ações sejam planejadas, transparentes e alinhadas às reais necessidades do município, garantindo que os investimentos realizados pelas empresas contribuam efetivamente para a melhoria dos serviços públicos de saúde.

Além disso, o envolvimento das empresas na promoção da saúde vai além do cumprimento formal: representa um compromisso ético e social que pode transformar ambientes de trabalho, fortalecer a prevenção e a promoção da saúde, e ampliar o acesso a cuidados essenciais. Este comprometimento contribui para a construção de uma cultura empresarial responsável e solidária, que valoriza o bem-estar dos trabalhadores e da comunidade em geral.

Portanto, este eixo reforça a importância de estabelecer mecanismos claros para o monitoramento e a avaliação das contrapartidas sociais, bem como incentivar a ampliação da participação ativa das empresas



SECRETARIA
DE SAÚDE



PREFEITURA
ARACRUZ
www.aracruz.es.gov.br



nas políticas públicas de saúde. A responsabilidade compartilhada fortalece a gestão pública e promove uma saúde mais justa, eficiente e sustentável para toda a população de Aracruz.

Em síntese, a saúde pública é um compromisso coletivo. A participação consciente e responsável das empresas, através das contrapartidas sociais, é essencial para construir um sistema de saúde mais forte, inclusivo e sustentável, capaz de garantir o direito à saúde para todas e todos.

8. Fonte de Pesquisa

Os meios utilizados para a pesquisa do documento Orientador, visando amplitude, foram: - Dados de sites eletrônicos de domínio amplo;

- Pesquisa publicada em mídia especializada.